

RISCOS BANCÁRIOS E FERRAMENTAS UTILIZADAS PARA CONTÊ-LOS: ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ

Patrícia Aline Bezerra Ferreira Correio¹

Eliane Pinheiro de Sousa Correio²

RESUMO

O sistema bancário vem tornando-se cada vez mais participativo no processo financeiro dos países, porém o risco esteve sempre presente nesse processo de forma que as instituições bancárias devem estar preparadas para proteger o sistema financeiro dos resultados negativos advindos dos riscos inerentes às suas atividades. Neste contexto, este artigo objetiva apresentar os principais tipos de riscos presentes em duas instituições financeiras bancárias em Juazeiro do Norte e identificar as principais ferramentas utilizadas por essas instituições para minimizar esses riscos. Para tal, realizou-se uma análise descritiva obtida mediante a entrevista com duas instituições financeiras bancárias (Bradesco e Caixa Econômica Federal) em Juazeiro do Norte. Os resultados mostraram que as duas agências bancárias entrevistadas estão cada vez mais se preocupando com os riscos bancários e adotando medidas eficientes e eficazes para minimizar os riscos presentes, tanto na abordagem primitiva com o cliente, por meio de pesquisa da vida pregressa do cliente, como também o pós-venda, com visitas em busca de saber como estão os negócios do cliente, no caso da pessoa jurídica. Ademais, identificou-se o risco de crédito como sendo um dos mais incidentes nessas duas agências, como também o risco operacional.

Palavras-chave: Riscos bancários; Instituições financeiras; Juazeiro do Norte.

ABSTRACT

The banking system has become ever more active in the financial process of nations. However, the risk has always been present in this process, which means that the banking institutions must be prepared to protect the financial system from the negative impacts resulting from the risks inherent to their activities. In this context, this paper aims to present the main types of risks present in two banking financial institutions in the city of Juazeiro do Norte and to identify the main tools used by these institutions to minimize these risks. In order to meet these proposed goals, it was conducted a descriptive analysis obtained by means of an interview with two banking financial institutions (Bradesco and Caixa Econômica Federal) in Juazeiro do Norte. The results showed that both banking branches interviewed are increasingly concerned with banking risks and adopting efficient and effective measures to minimize existing risks, both in the primitive approach with the client, through the researching of the client's past life, as well as with the after-sales, undertaking visits with a view to learning about the status of the client's business, in the case of legal entities. In addition, it was identified the credit risk as one of the most common in the two branches researched, as well as the operational risk.

¹ Economista e Especialista em Administração Financeira pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

² Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Keywords: Banking risks; Financial institutions; Juazeiro do Norte.

INTRODUÇÃO

A atividade financeira vem ganhando cada vez mais espaço no mercado mundial, espaço esse oriundo principalmente devido à expansão das transações bancárias, tanto nacionais como internacionais.

As Instituições Financeiras exercem função de grande importância, relacionada com o crescimento e com o desenvolvimento econômicos, em especial, ao atuar na captação de recursos e na concessão de créditos, (...), além dos demais serviços prestados. Portanto, são os agentes econômicos que propiciam o fomento à produção de riquezas, ao financiar atividades produtivas (PEREIRA, 2008, p. 14).

Alguns fatores contribuíram de forma significativa para o aumento das transações bancárias na atividade financeira; como significativo acréscimo nos fluxos financeiros e de capitais internacionais em relação aos fluxos locais; mudanças ocorridas no próprio sistema bancário; ajustes estruturais movidos pela concorrência crescente, o que levou a melhor organização, especializações, diversificações, além do lançamento de novos produtos financeiros no mercado, como, por exemplo, cartões inteligentes, de crédito, *homebanking*; aumento da poupança; acúmulo de ativos; avanço na tecnologia das comunicações, como também da computação; própria desregulamentação do mercado financeiro, com a abolição de algumas regras burocráticas, retirando algumas restrições nas transações bancárias (ROBERTS, 2000).

A liberalização do fluxo de capitais internacionais também contribuiu de forma considerável, como se pode perceber através da assinatura por vários países, em 1999, de um tratado de serviços financeiros da Organização Mundial do Comércio. A partir de então, pode-se notar que as transações bancárias entre os países passaram a ser cada vez mais frequentes, já que nesse acordo envolviam cerca de U\$\$ 38 trilhões de empréstimos bancários, montantes em ativos financeiros globais, entre outras movimentações bancárias (ROBERTS, 2000).

Além das inovações financeiras, que foram alterando algumas transações, dentre essas mudanças, pode-se citar a troca dos antigos empréstimos tradicionais pela emissão de títulos, que podiam ser negociados por empresas ou outras instituições. Outra significativa inovação foi a propagação mais acentuada dos derivativos financeiros, que são utilizados para contraprovar os riscos gerados diante da aquisição dos ativos financeiros. Essas inovações

foram gerando novas oportunidades e abrindo portas para novos negócios no ramo financeiro bancário, assim como o crescimento de países emergentes e crescentes privatizações ocorridas nesse período (ROBERTS, 2000).

Em face dessas considerações, as transações de cunho bancário mostraram significativo aumento conforme se verifica pela Tabela 1. De acordo com os dados dessa tabela, as transações bancárias obtiveram aumentos consideráveis, ano a ano. No caso da conta corrente, por exemplo, conforme o Banco Central, em 2001, obtinha 71,5 milhões de contas, disparou para 90,2 milhões em 2004 e fechou 2011 com 155,2 milhões de contas abertas, ou seja, registrou um acréscimo de 117,06% entre 2001 a 2011. O crescimento também foi verificado na movimentação das contas que em 2001 registrava 53,6 milhões, em 2008 atingia o patamar de 82,6 milhões e em 2011 passou para 94,8 milhões, o que corresponde a um aumento de 76,86% entre 2001 a 2011. Durante esse período também nota-se acréscimo expressivo do número de clientes de poupança, que passou de 51,2 para 99,3 milhões de clientes, o que indica um aumento de 93,94%.

Tabela 1 – Evolução das transações bancárias no Brasil, 2001 a 2011.

Nº de Contas (Milhões)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Contas Correntes ¹	71,5	77,3	87,0	90,2	95,1	102,6	112,1	125,7	133,6	144,7	155,2
Movimentadas ¹	53,6	55,7	61,4	66,9	70,5	73,7	77,1	82,6	81,1	88,6	94,8
Não movimentadas ^{1 2}	17,9	21,6	25,6	23,3	24,6	28,9	35,0	43,1	52,5	56,1	60,4
Clientes de poupança ³	51,2	58,2	62,4	67,9	71,8	76,8	82,1	92,0	91,1	97,2	99,3
Contas de Internet ⁴ Banking	8,8	9,2	11,7	18,1	26,3	27,3	29,8	32,5	35,1	37,8	41,1

Fontes: (1) Banco Central; (2) Contas inativas há mais de seis meses; (3) Abecip - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança; (4) FEBRABAN - Federação Brasileira dos Bancos.

Segundo a FEBRABAN (2012), as contas *on line*, através da Internet *Banking* registraram forte aumento, pois em 2001 detinha apenas 8,8 milhões de usuários, enquanto, em 2011, esse tipo de conta já obtinha cerca de 41 milhões de contas no Brasil, o que representa um exorbitante aumento de 367,04% entre 2001 a 2011. As transações bancárias cresceram significativamente em vários setores, por exemplo, o Programa “Bolsa Família paga 7,8 milhões de famílias via correspondentes não bancários” Ainda de acordo com a FEBRABAN (2012, p. 10):

A penetração do internet banking nas contas correntes ativas no Brasil (46%) está em patamar comparável a dos países desenvolvidos como Alemanha (50%), Estados Unidos (54%) e Reino Unido (56%), isso mostra que o País já apresenta uma maturidade no uso do internet banking, mas ao mesmo tempo pode indicar que existe certo limite de quanto mais o canal consegue penetrar nesta geração de consumidores.

Esse crescimento preocupa o setor bancário, já que acarreta também em aumento dos riscos. Como se pode verificar em 2008, por exemplo, segundo a FEBRABAN (2012, p. 16):

O número de contas correntes evoluiu 12,1% no ano, mesmo percentual registrado na quantidade de contas de clientes poupança, atingindo, respectivamente, 125,7 milhões e 92,0 milhões no final de 2008. Do total de contas correntes, 82,6 milhões, ou 65,7%, são consideradas ativas, com a realização de alguma transação no período de seis meses. Foram realizadas, em 2008, 43,9 bilhões de transações bancárias, 7,0% acima do volume do ano anterior, destacando-se a evolução de 25,1% em correspondentes não bancários e 18,9% em pontos de venda no comércio.

Sempre que se trata de dinheiro, há a existência de certa preocupação, ainda mais quando se trata de pagamentos, empréstimos, transações financeiras ou comerciais que gerem riscos, como, por exemplo, o não pagamento de duplicatas, o que desperta o interesse em saber como o risco bancário pode ser gerenciado.

Em conformidade com Salgado e Careta (2010), a adequada gestão de riscos nos bancos depende diretamente de um sistema de controle interno eficaz que permita assegurar que os objetivos e a rentabilidade definidos sejam atingidos, os relatórios financeiros e gerenciais sejam confiáveis e que o banco esteja atuando conforme as leis, normas, políticas, regulamentos e procedimentos internos, reduzindo o risco de perdas e danos à imagem corporativa.

Uma gestão eficiente de risco é essencial para a competitividade dos bancos e estabelecimento de suas estratégias de atuação. Além disso, a gestão de risco assume papel relevante no cumprimento dos objetivos da empresa, identificando seus aspectos mais frágeis para que possam ser revertidos, em busca de minimizar cada vez mais as perdas financeiras, procurando imunizar o capital da empresa e obter lucros.

Em alguns casos, quando o risco não pode ser eliminado, é essencial que sejam adotadas medidas para minimizá-lo, em busca de permitir que a organização atinja, da melhor forma possível, seus objetivos estabelecidos. É importante que haja um planejamento para uma boa administração desses riscos, podendo avaliar o potencial de perda possível associada a um evento que possa haver e sua respectiva probabilidade de ocorrência.

Um sistema de controles internos eficaz é um componente essencial para a gestão de um banco e a base para operações bancárias saudáveis e seguras. Um forte sistema de controles internos pode ajudar a garantir que os objetivos e propósitos de uma instituição bancária sejam alcançados, que serão atingidos aos objetivos de longo prazo em termos de rentabilidade e que serão gerados relatórios financeiros e

gerenciais confiáveis. O sistema pode também ajudar a garantir a aderência do banco às leis e normas, assim como as políticas, planos, regulamentos e procedimentos internos e diminuem o risco de perdas inesperadas ou danos a sua imagem (GRAZZIOTIN, 2002, p. 11).

As perdas de uma instituição se potencializam quando certos eventos ocorrem ao mesmo tempo e de forma conflitante. Dentro desses eventos, podem-se citar o cenário econômico, a taxa de juros vigente, entre outros aspectos, como cita Geremia (2007, p. 11): “é fundamental acompanhar o negócio, devido às alterações que podem ocorrer com o cliente no decorrer do tempo”. Em outros termos, muitas vezes, problemas conjunturais, como o mau desempenho do empreendimento do cliente, por exemplo, podem levá-lo ao não cumprimento do contrato com o banco, além de inúmeros outros fatores, até mesmo fraudes, entre outros.

A Tabela 2 mostra a inadimplência registrada pelos bancos no período de 2001 a 2011. De acordo com essa tabela, é perceptível uma queda na inadimplência por parte de pessoa jurídica, até 2005, enquanto que, a partir de 2006, voltou-se a registrar aumento nos anos posteriores terminando 2011 com 3,8% de inadimplência. Em relação à pessoa física, o índice foi crescente até 2009, chegando a picos de 8,2% de inadimplentes. Em 2010 e em 2011, esse índice passou a cair registrando, respectivamente, 6,5% e 6,6% de inadimplência.

Tabela 2 – Média anual* – Inadimplência (% ao mês).

Ano	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total
2000	5,3	5,5	5,4
2001	3,2	6,2	4,3
2002	2,5	8,1	4,6
2003	2,5	7,7	4,4
2004	2,0	6,7	3,9
2005	1,9	6,2	3,8
2006	2,5	7,5	4,8
2007	2,5	7,1	4,7
2008	1,8	7,3	4,2
2009	3,3	8,2	5,5
2010	3,6	6,5	5,0
2011	3,8	6,6	5,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: * Corresponde à média ponderada dos saldos das carteiras com atrasos superiores a 90 dias.

Neste contexto, estudos que busquem focar essa questão sobre os riscos bancários revestem-se de importância. Portanto, este trabalho objetiva apresentar os principais tipos de riscos presentes em duas instituições financeiras bancárias públicas e privadas em Juazeiro do Norte, Ceará e identificar as principais ferramentas utilizadas por essas instituições para minimizar esses riscos.

2. Fundamentos conceituais

As instituições bancárias como qualquer outra instituição financeira visa obter lucros em suas transações, porém a incerteza do recebimento gera consequentemente conflitos nas tomadas de decisões dos bancos, influenciando diretamente nos investimentos futuros, já que os dirigentes sabem que podem não receber o valor emprestado de volta, acrescido de juros (PAULA, 2000). Portanto, a atividade bancária é uma atividade sujeita a determinados riscos que são inerentes ao negócio dos bancos.

O controle de riscos deve se basear principalmente em questões como obter eficiência e eficácia nas operações, ou seja, não apenas emprestar por emprestar, mas fazer as transações dentro de tudo que for exigido dentro do sistema bancário, como também confiabilidade e integridade da informação financeira e gerencial, para que as transações gerem satisfação mútua e não ocasionem problemas nem para o cliente nem para o próprio banco (GRAZZIOTIN, 2002).

Os riscos financeiros de um banco podem se originar de suas diversas atividades operacionais, tais como créditos concedidos, captações, variações das taxas de juros de mercado, falhas internas e controle.

Segundo Alves e Cherobim (2006, p. 3), “na atividade financeira, o risco pode ser considerado um elemento do negócio, presente na intermediação entre agentes superavitários e deficitários”. Para Marmitt (2003, p. 14):

O risco existe quando o tomador da decisão pode basear-se em probabilidade para estimar diferentes resultados, de modo que sua expectativa se fundamente em dados históricos (...), isto é, a decisão é tomada a partir de estimativas julgadas aceitáveis. Risco pode ser definido como uma probabilidade de perda.

A atividade financeira sofreu uma grande transformação durante a década de 1990, principalmente devido aos “desastres financeiros” que vinham ocorrendo na época, sendo que o setor bancário foi um dos aspectos que mais notou essa transformação, principalmente devido às mudanças ocorridas no mesmo.

Em 1988, o Comitê da Basileia sobre Fiscalização Bancária publicou o "Primeiro Acordo de Capital da Basileia" com o objetivo de fortalecer a saúde e estabilidade do sistema bancário internacional. Referido documento definiu o capital mínimo para suportar os riscos de crédito existentes nas operações (...). Contudo, a atividade de intermediação financeira, própria das operações bancárias, possui extensa lista de riscos associados (TRAPP; CORRAR, 2005, p. 25).

Diante disso, mudou-se a visão da mensuração de riscos no sistema financeiro, o acordo buscava, contudo, supervisão e internacionalização bancária, ou seja, o objetivo principal era criar exigências mínimas de capital, que deviam ser respeitadas por bancos comerciais, como precaução contra o risco de crédito, baseando-se em três importantes pilares: capital em busca de guardar, acumular, supervisionar no âmbito de fiscalizar, promovendo principalmente transparência e disciplina de mercado através da divulgação de dados (PEREIRA, 2008).

A partir de então, os bancos passaram a analisar mais criteriosamente a questão do risco.

Usualmente, os bancos consideram e denominam como sendo risco, ao volume total de crédito que aceitam destinar a um cliente efetivo ou potencial, termo também conhecido por “linha de crédito disponível” ou “volume total de risco a assumir frente ao cliente específico” (KASZNAR, 2009, p. 1).

O acordo conduziu os estudos para os riscos inerentes às atividades cotidianas das instituições financeiras, destacando-se aqueles relacionados aos riscos. Portanto, ao ser cogitado um empréstimo, o banco realiza uma série de processos em busca de identificar se o cliente poderá pagar ou não o empréstimo adquirido, o que “corresponde ao processo de levantamento de dados, informações e conhecimentos associados à liberação ou não de empréstimos, financiamentos e repasses” (KASZNAR, 2009). Ou seja, a transação bancária, por mais que lhe seja dada garantias, o risco sempre está presente.

Em algumas instituições mais sofisticadas, a análise subjetiva tem sido complementada por sistemas especialistas para acessar os fundamentos dos empréstimos ao consumidor. Estes sistemas especialistas consistem basicamente de *balanced scorecards* que atribuem pesos às características mais importantes dos tomadores dos empréstimos, tais como caráter, capital, capacidade, colateral, conglomerado e condições - ou seja, os chamados seis "C"s (BASTOS *et al*, 2000, p. 2).

Assim, os riscos presentes são analisados criteriosamente pelo banco. Diante disso, essas instituições limitam os seus riscos de crédito por cliente; por setor econômico; por região; por país e afins, pois é de suma importância que as operações financeiras que envolvam a concessão de crédito sejam formalizadas com a devida segurança, em busca de garantias, que elevem a possibilidade de recuperação dos valores envolvidos, já que os bancos desempenham papel de suma importância na sociedade, gerando crédito.

O maior risco a ser enfrentado por uma instituição bancária é a de não reaver o que foi emprestado, mas dentro das instituições bancárias, há uma série de outros riscos, que podem ser classificados quanto ao seu tipo, podendo ser o próprio risco bancário, além do risco como repasse bancário, de crédito, risco de mercado, risco país, operacional, variação da taxa de juros e ainda de liquidez, além de outros riscos com fraudes que o banco pode enfrentar (KASNAR, 2009).

O risco bancário pode ser definido como o valor que foi emprestado a um cliente, na esperança de reavê-lo, em determinado período, acordado com o cliente, somado com acréscimos de juros. O valor desses juros será definido de acordo com o valor tomado, ou seja, irá depender do valor a ser tomado de empréstimo, portanto, quanto maior o valor a ser emprestado, maior serão os juros e, conseqüentemente maior será o risco enfrentado pela instituição (KASNAR, 2009).

Portanto, cabe ao banco dispor de um sistema de análise e concessão ou recusa de crédito, para que proceda adequadamente e de forma correta na identificação daquelas pessoas físicas e jurídicas que solicitam crédito. Caso o processo de concessão de crédito for bem estabelecido, a probabilidade de reaver o crédito concedido será elevada, o que gerará os resultados estimados e desejados pelo credor (KASNAR, 2009, p. 4).

Ainda de acordo com Kasnar (2009), outro tipo de risco que merece atenção é o chamado risco de repasse bancário, que ocorre quando um banco de maior porte, dentre outros, empresta certa quantia não diretamente aos seus tomadores, mas utiliza uma instituição bancária como intermediária. Neste caso, se o banco empresta dinheiro para um determinado cliente e esse não o paga, a cobrança será feita ao banco repassador que de certa forma se responsabilizou como fiador do cliente. No Brasil, por exemplo, tem-se o BNDS (Banco Nacional do Desenvolvimento), que empresta dinheiro a clientes e pode designar outros bancos para repassar o empréstimo e fiançar o mesmo.

O risco de crédito talvez seja considerado um dos mais importantes, pois está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. Nesse risco, o emprestador abre mão do dinheiro que possui para adquiri-lo posteriormente. Em outros termos, conforme Paula (2000, p. 5):

O risco de default - é o risco que um emprestador ou credor enfrenta devido à possibilidade de que o devedor não honre sua obrigação financeira. De forma mais geral, o risco de crédito é o risco que, em qualquer transação envolvendo uma transferência intertemporal de direitos de propriedade, uma parte pode não entregar tais direitos como prometido (DeMarzo, 1992). Os emprestadores, possuidores atual

de moeda, abrem mão de um comando certo sobre a renda atual (dinheiro-hoje) por um fluxo incerto de receita futura em moeda (dinheiro-amanhã).

No agregado de um banco, pode-se dizer que é a soma total dos créditos concedidos a todos os clientes. De certa forma, os bancos ao acomodarem as demandas de crédito de seus clientes, dividem com eles o otimismo quanto ao sucesso do empreendimento. Quando, contudo, os tomadores falham em pagar seus empréstimos, a diferença entre o valor de mercado dos ativos e o valor de mercado dos passivos de um banco é reduzida, já que os bancos dependem do pagamento desses empréstimos para realizar suas operações (PAULA, 2000).

O risco de crédito pode ser visto claramente no contexto de um contrato de dívida padrão, que estabelece as condições de pagamento da dívida no futuro; assim, no caso em que este pagamento não é feito, o devedor é declarado estar inadimplente. Como a maior parte do ativo bancário está na forma de empréstimos, o risco de crédito é normalmente o maior risco que um banco enfrenta (PAULA, 2000, p. 6).

Na busca de fugir do risco, a maioria dos bancos trabalha com uma criteriosa análise de crédito. De acordo com Securato e Perobelli (2000, p. 3), são “vários modelos de análise desenvolvidos para a concessão de crédito (...), com o objetivo de se obter melhores abordagens para o estabelecimento do crédito”. Ademais, objetiva-se um bom negócio com o cliente, ambos ficando satisfeitos.

Outro tipo de risco frequentemente presente nas transações bancárias é o risco de mercado, risco esse que é definido como:

Ocorrência de um choque capaz de produzir efeitos adversos na maior parte do sistema ou da economia. Sob esse enfoque, Bartholomew e Whalen (1995, p. 4) apresentam o risco sistêmico como: “[...] um evento com efeitos em todo o sistema econômico e financeiro, e não apenas em poucas instituições.” Na definição, os participantes não precisam estar conectados, pois o choque é suficientemente abrangente e forte para atingir todos indistintamente. Outras definições são baseadas no efeito da contaminação (CAPELLETO, CORRAR, 2006, p. 9).

Ou seja, esse tipo de risco pode surgir a partir de movimentos em preços de mercado, que são um dos fatores que produzem efeitos na economia como um todo.

Pode-se dizer que existe risco de mercado sempre que haja intermediários negociando ativos, passivos e derivativos, ao invés de mantê-los para investimentos futuros. Esse tipo de risco dependerá diretamente dos preços vigentes, pois quanto mais instável se mostrarem os preços, maiores serão as possibilidades de risco (MARMITT, 2003).

O risco de mercado se assemelha ainda com o risco país, já que o mesmo está associado com o ambiente econômico, social e político do país de origem do tomador, sendo sensível a mudanças, como no caso do risco de mercado. Assim, pode-se dizer que no risco país existe a:

Possibilidade de pagamento atrasado, reduzido ou até não pagamento de encargos financeiros, ou principal da dívida, onde o resultado pode ser atribuído ao país tomador, independente da sua vontade de pagar. Por questões políticas e econômicas, o governo pode proibir os pagamentos ao exterior, ou mesmo limitá-los em função da insuficiência de reservas internacionais (MARMITT, 2003, p. 25).

Outro tipo de risco que merece bastante atenção é o risco operacional, que está diretamente ligado ao campo tecnológico, campo esse que cresceu consideravelmente, ao lado operacional propriamente dito. Segundo a FEBRABAN (2012), em 2011, por exemplo, os investimentos e despesas em tecnologia tiveram um crescimento de 11% atingindo R\$ 18 bilhões, consolidando-se como o principal setor usuário de TI no Brasil, além de novas agências que cresceram cerca de 7% no mesmo ano.

De acordo com Bergamini Júnior (2005), o risco operacional é decorrente de fraudes exercidas por empregados, falha nos processos e nos sistemas informatizados, sendo proveniente da função do desenho organizacional inadequado, ausência de planejamento e monitoração na delegação de poderes, uso de procedimentos sem uniformidade e obsolescência de produtos e processos. Com essas vastas possibilidades de procedências, o risco operacional permeia os demais tipos de risco e mantém interseção causal com esses mesmos riscos.

Segundo Trapp e Corrar (2005, p. 27), o risco operacional pode ser classificado como “risco onde as operações sejam ineficientes e ineficazes para executar o modelo de negócios da empresa, satisfazer seus clientes e atender os objetivos da empresa em termos de qualidade, custo e desempenho temporal”, ou seja, o mau direcionamento de recursos, investimentos que podem não atingir os efeitos desejados. Ou seja, o perfil do cliente bancário se diversifica e faz com que os bancos tenham de se adaptar e customizar seus modelos de atendimento para diferentes necessidades e demandas.

O risco operacional pode surgir sempre que a tecnologia falhar. Embora essas falhas nos sistemas de computação sejam raras, sua ocorrência pode levar os bancos a enfrentar sérios problemas. O caso mais recente de risco tecnológico está ligado ao ataque terrorista de World Trade Center em Nova Iorque, no dia 11 de Setembro de 2001, que derrubou as torres gêmeas. O incidente provocou danos no sistema de segurança do computador de um fundo de crédito municipal, onde cerca de 4000

usaram os caixas eletrônicos para desviar US\$ 15 milhões. Os fraudadores descobriram que era possível retirar US\$ 500.00 por dia dos caixas eletrônico, mesmo que suas contas na Cooperativa não apresentassem saldo para tal finalidade (MARMITT, 2003, p. 23).

Os bancos podem também utilizar o lado bom da tecnologia e empregá-la a seu favor, podendo passar na frente da concorrência através de novos métodos, cada vez mais ágeis, ganhando assim preferência dos clientes em relação aos concorrentes.

Devido a esses novos métodos mais ágeis, como, por exemplo, acessar a conta pelo celular, fica mais propício à ocorrência de fraude. Dentro do risco operacional, podem-se citar as fraudes eletrônicas, que crescem a cada ano. Segundo a FEBRABAN (2012), as perdas dos bancos com fraudes eletrônicas aumentaram 60% em 2011.

De acordo com a Folha de São Paulo, em publicação no dia 01/10/2012:

Para contabilizar o rombo, a Febraban costuma considerar as operações fraudulentas em transações não feitas com cartão de crédito e de débito (presenciais e virtuais), no "internet banking" e em operações pelo telefone. Mas, no ano passado, a esses canais, foi acrescentado as fraudes em serviços bancários acessados por meio de aparelhos móveis, como smartphones e tablets. Enquanto o rombo foi de R\$ 685 milhões no primeiro semestre, chegou a R\$ 815 milhões no segundo. Em 2010, as fraudes haviam sangrado os bancos em R\$ 940 milhões. Por outro lado, o executivo indica que a maior a presença de serviços bancários ajudou a elevar as fraudes. A população bancarizada cresceu 8%, para 54 milhões; as contas correntes com "internet banking" aumentaram 11%, para 42 milhões, e as com "mobile banking", 49%, para 3,4 milhões. O desafio dos bancos é desenvolver formas de autenticação que identifiquem fraudadores sem dificultar o acesso aos serviços.

Diante disso, as agências bancárias investem cada vez mais em busca de minimizar as perdas frente aos riscos que podem acarretar em prejuízos. Ainda segundo a Folha de São Paulo (2012): “No ano passado, os bancos investiram R\$ 8,3 bilhões para reforçar a segurança, tanto de operações físicas como das eletrônicas”.

Por sua vez, o risco de variação de taxas de juros pode ocorrer:

Quando existir um descasamento entre os prazos de captação e os prazos de aplicação de recursos. É da natureza do mercado financeiro compatibilizar prazos e volumes de recursos, ou seja, os recursos ofertados pelos poupadores, de modo geral, não são exatamente iguais aos desejados pelos tomadores, tampouco os prazos dessas operações coincidem (MARMITT, 2003, p. 19).

Ou seja, como o próprio nome já diz, esse tipo de risco dependerá da variação na taxa de juros, variação essa que afeta diretamente as transações financeiras, pois gera incertezas, refinanciamentos ou reinvestimentos.

De acordo com Bis (1997, p. 22) apud Alves e Cherobim (2003), esse risco “refere-se à exposição de uma condição financeira de um banco a movimentos adversos nas taxas de juros (...) afeta tanto os ganhos de um banco quanto o valor econômico de seus ativos, obrigações e instrumentos fora do balanço”.

Para evitar esse risco, os investidores podem utilizar da aproximação dos prazos de ativos e passivos, porém essa alternativa pode levar a uma diminuição dos lucros (MARMITT, 2003). Ademais, conforme Paula (2000, p. 10) através “do estabelecimento de limites máximos para a remuneração dos depósitos de curto termo e ainda do uso de instrumentos derivativos”.

Além dos tipos de risco citados, tem-se o risco de liquidez, que dentro do sistema bancário pode ser definido como uma busca de uma maior rentabilidade nas suas operações. Nesse caso, os bancos aumentam a maturidade de suas aplicações ativas, o que pode ocasionar problemas de liquidez, que seria a alta facilidade em converter os ativos em dinheiro.

Este risco, portanto, refere-se à habilidade de um banco ser capaz de satisfazer suas obrigações quando elas forem devidas, uma vez que os bancos têm que atender a qualquer procura repentina de caixa ou transferência de dinheiro sem hesitação ou demora. Ou seja, de acordo com Paula (2000, p. 8), “o risco de liquidez, na realidade, é um risco potencial, uma vez que, nos sistemas bancários modernos, os bancos podem, a rigor, sempre obter recursos a um dado custo para refinar suas posições”.

Portanto, o banco que tenta evitar o problema de liquidez, pode-se dizer que tem um diferencial na hora de atrair o cliente, pois influencia de forma positiva, como forma de confiança, de se fazer presente com a capacidade de honrar seus compromissos. Dessa forma, segundo Capelletto e Corrar (2006, p. 9), “o gerenciamento de liquidez está entre as atividades mais importantes conduzidas pelos bancos”.

De acordo com Paula (2000, p. 9):

O banco pode proteger-se do risco de liquidez através do gerenciamento de fundos, utilizando para tanto, cada vez mais, os chamados ativos substituíveis, que são ativos que podem ser vendidos com relativa facilidade em mercados secundários organizados títulos públicos, ou, como já foi visto, obtendo liquidez nos mercados de fundos de atacado, que são usados por muitos bancos de grande porte como uma fonte mais ou menos permanente de fundos para concessão de empréstimos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos se constituíram em duas etapas, sendo a primeira em pesquisa documental, como a revisão bibliográfica em artigos, teses, jornais relacionados à área bancária e financeira em busca de descobrir os tipos de riscos existentes e como os bancos administram tais riscos. A segunda etapa incidiu em levantamento de dados primários, onde foi aplicado um questionário (Apêndice I) com duas agências bancárias em Juazeiro do Norte - CE, sendo uma agência privada representada pelo Bradesco S. A, e outra pública, representada pela Caixa Econômica Federal. A escolha dessas instituições financeiras bancárias pode ser atribuída à disponibilidade de tais agências em responder o questionário. A pesquisa ocorreu no mês de outubro de 2012.

A entrevista com funcionários das agências da área de risco dos bancos buscou apresentar os principais tipos de riscos presentes nas agências, bem como as ferramentas utilizadas pelos mesmos, em busca de minimizá-los de forma enérgica.

Após a entrevista, a análise dos resultados baseou-se a comparação entre os eixos públicos e privados, bem como as diferenças existentes entre ambos os bancos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na entrevista realizada com o banco particular Bradesco S. A, verificou-se que dentro do próprio sistema bancário possui um departamento de crédito, em que se exige o cadastro atualizado em relação às transações da empresa, solicitando sempre o faturamento dos últimos 12 meses, como também previsão dos próximos 12 meses, e completo concernente à documentação básica até os mais complexos como escrituras, entre outros.

O banco pode ainda identificar a existência de riscos através de visitas ao cliente. Em casos de cliente Pessoa Jurídica, visitas frequentes ao campo empresarial para que assim se tenha uma visão real do perfil do cliente, frente a seus clientes e fornecedores. O Bradesco preza pelo melhor relacionamento possível com o cliente, busca seletividade nas operações, pois através de um cadastro bem informado, de uma análise de crédito minuciosa se consente o empréstimo, buscando sempre garantias para os contratos, conforme o perfil analisado do cliente.

Toda documentação exigida e também o bom histórico no banco e no mercado induz a instituição bancária identificar e pesar os riscos existentes.

Para o Bradesco S. A, o risco de crédito é a possibilidade do tomador de crédito não honrar o contrato averbado perante a instituição bancária. Diante disso, o banco estuda

maneiras de reaver o valor agregado a juros. O banco analisa suas perdas conforme a situação do mercado, quais os ramos que estão no momento enfrentando dificuldades, como o cliente devedor se porta frente aos seus concorrentes, e, a partir de então, avalia a melhor maneira de recuperar o valor emprestado, bem como os juros acrescidos.

Diante do risco de mercado, departamentos específicos são direcionados a verificar o comportamento do mercado; então, determinam-se as metas que a organização deseja alcançar. Da mesma forma em relação aos riscos das taxas de juros, é feita uma análise do ritmo da atividade financeira, para identificar o possível empréstimo e as medidas a serem tomadas em relação às possíveis quedas ou elevações das taxas. Outro risco que o Bradesco analisa criteriosamente é o risco de liquidez que influencia diretamente na rentabilidade do banco.

Para o Bradesco S. A, os riscos que mais incidem em perdas são os de crédito e os de mercado. Diante disso, o banco procura estreitar o relacionamento direto entre o gerente da conta e os comitês de crédito obrigatórios.

O outro entrevistado se refere ao banco público Caixa Econômica Federal. Em relação a esse banco, a pesquisa mostrou que o mesmo não possui área específica para controle dos riscos, pois em todos os setores existem sistemas de controle associados ao sistema interno do banco. O banco contém um sistema de mensuração de risco de crédito que identifica a capacidade de pagamento, através da análise da veracidade das informações prestadas pelo cliente, visando minimizar o risco de inadimplência e prejuízos futuros.

Esse banco adota políticas de gestão de risco de crédito, gerenciamento de risco operacional, política de prevenção à lavagem de capitais, entre outras. Ademais, é feita uma análise da capacidade de pagamento do tomador, e é exigida uma garantia proporcional ao montante emprestado.

O risco de crédito é avaliado através de um simulador que mensura o risco de crédito. Diante disso, a Caixa Econômica Federal estabelece princípios e diretrizes que promovam a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e reporte do risco operacional em conformidade com as normas vigentes e as boas práticas de governança corporativa.

A Caixa Econômica Federal procura adotar diretrizes com princípios norteados à gestão dos riscos relacionados aos processos e atividades de gestão dos Fundos de Governo e Loterias, compreendendo as categorias de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. Além de trabalhar proativamente evitando a ocorrência de perdas resultantes de

falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, como no caso de riscos das taxas de juros e de mercado.

O risco de liquidez influencia diretamente aos rendimentos, devido ao preço de liquidação dos ativos que deve ser igual ao preço de mercado, devido ao volume das operações ou situações de mercado. O banco analisa as perdas através de relatórios analíticos que identificam os prejuízos.

Os riscos que mais incidem em perdas na Caixa Econômica Federal são o operacional, e de crédito. Diante disso, o banco adota medidas para minimizar essas perdas, como controle mais detalhado na identificação e controle do risco, bem como diminuir ao máximo as fraudes, que aumentaram nos últimos anos, melhorando cada vez mais a qualificação dos funcionários.

Uma das prioridades da Caixa Econômica Federal é a transparência e o poder de escolha, acesso e uso adequado dos serviços financeiros em busca de combater o superendividamento.

Em ambas as agências pesquisadas, os processos atuais de avaliação de risco de crédito não se aplicam diretamente às classes de menor renda. Exigências regulatórias para o melhor conhecimento do cliente são inexecutáveis junto às populações de menor renda e/ou atividades econômicas não formais. Ambos os bancos entrevistados não fazem repasse para outros bancos, portanto se eximem do risco de repasse bancário.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi apresentado, pode-se perceber que o sistema financeiro, assim como o crédito, caracteriza-se como ferramentas indispensáveis para o progresso de uma economia de mercado, sendo que a existência de um sistema de crédito estruturado e eficiente é premissa indispensável para o desenvolvimento econômico e social, em que atualmente eles têm importância fundamental para o desenvolvimento da economia de qualquer país.

A economia, assim como o setor bancário, passou por inúmeras mudanças ao longo dos anos, como inovações tecnológicas, expansão e sofisticação dos serviços bancários e aumento da participação dos bancos privados no sistema bancário brasileiro. Essas mudanças geram impactos socioeconômicos, requerendo maior controle dos processos de gestão.

Conforme se verificou pela pesquisa realizada, os bancos se mostram cada vez mais dispostos a aumentarem seus rendimentos, e se prendem na burocracia, para minimizar ao máximo as perdas, adotam inúmeras medidas na busca de reaver o que foi emprestado, adotam métodos para o cálculo dos danos aos estoques de capital e fluxo produtivo, bem como estimativas de eventuais efeitos macroeconômicos, como no caso de riscos que a economia como um todo influencia nas perdas ou ganhos.

As agências comemoram a participação ativa dos bancos na economia brasileira, já que os bancos contribuíram para o bom ambiente econômico, destacando-se o crescimento do crédito, ampliação dos canais de acesso e viabilização dos programas sociais, embora esse crescimento também tenha trazido alguns desafios, como aumento de fraudes, vigente no risco operacional tido como um dos riscos mais enfrentados pelo setor bancário, frente a esse problema, os bancos têm adotado soluções cada vez mais complexas e custosas de forma a proteger a conta de seus clientes. Com o crescimento dos meios digitais de acesso às informações bancárias e maior digitalização dos processos, as organizações atuais têm enfrentado uma grande variedade de riscos, principalmente nas plataformas digitais. Muitos riscos estão relacionados aos próprios usuários, enquanto outros se relacionam ao meio de utilização dos serviços.

O crédito bancário movimentava a economia, oportuniza o crescimento e a prosperidade das empresas e o mercado sabe medir muito bem o nível máximo de exposição ao risco, garante o comércio e a fluidez dos mecanismos de troca, mesmo com a existência dos riscos, não erradicam as transações, pelo contrário, as tornam ainda mais lucrativas, dependendo do tipo de transação, da situação do cliente frente ao banco e ao mercado, tendo em vista também o montante a ser emprestado e ainda o tempo a ser pago. Em contrapartida, os tomadores de crédito também sabem que se deixar de honrar com seus compromissos terão sérios problemas de funcionamento, diante da dificuldade em obter êxito em novas necessidades de crédito.

A sociedade em geral, o governo e os bancos em particular iniciaram programas de educação financeira, essenciais ao crescimento sustentável do crédito. Em suma, em finanças, o risco é a probabilidade de não obter o retorno esperado no investimento realizado. O risco é definido como a própria variância do retorno. Quanto maior a amplitude desse desvio, maior será o resultado exigido para compensar o risco assumido.

O risco que sempre existiu, mas que com as várias mudanças ocorridas tanto no sistema financeiro, no mercado, como no próprio sistema bancário, principalmente a partir do

Acordo de Basiléia I, conduziu de forma abrasiva os estudos para os riscos inerentes às atividades cotidianas das instituições financeiras, destacando-se aqueles relacionados aos riscos de crédito, taxa de juros, liquidez e, mais recentemente, ao risco operacional. O risco se apresenta como um limitador, mas também como uma oportunidade de crescimento, porque a partir da compreensão do mesmo, melhor se conhece o negócio, e as decisões tomadas conseqüentemente terão maior chance de sucesso.

Diante disso, o desafio passou a ser a obtenção de melhores formas de controle e de mensuração de riscos, com vistas à ascensão de posições e à geração de lucros, sem incorrer na possibilidade de sofrer danos, como atraso no pagamento do empréstimo adquirido, ou até mesmo o não pagamento de forma definitiva, seja por calote, ou pelo cliente não ter conseguido recurso suficiente para o pagamento (CAPELLETO, CORRAR, 2006, p. 7).

Dessa forma, os agentes buscam criar regras, acordos, rotinas e práticas que, ao invés de eliminar, permitam contornar a incerteza de suas expectativas quanto ao futuro, e assim consigam atingir seu objetivo maior que é a obtenção do lucro de forma que todos fiquem satisfeitos. Entre essas medidas, está à busca de aumentar a participação das camadas mais populares no mercado bancário.

A adequada gestão de riscos nos bancos depende diretamente de um sistema de controle interno eficaz que ajude a garantir que os objetivos e a rentabilidade definidos serão alcançados, os relatórios financeiros e gerenciais serão confiáveis e que o banco estará de acordo com as leis, normas, políticas, regulamentos e procedimentos internos, diminuindo assim o risco de perdas e danos à imagem corporativa. O gerenciamento de riscos na atividade bancária se faz de extrema importância porque possibilita aos bancos ter maior controle sobre suas perdas potenciais, melhorando sua performance e minimizando a probabilidade de desastres financeiros. Esta gestão pode assegurar também a estabilidade financeira e apresentar-se como uma vantagem competitiva diante dos concorrentes.

A prosperidade dos grandes bancos estará associada à ampliação do mercado originada por consumidores emergentes do ciclo virtuoso da economia brasileira, onde a tecnologia será um dos principais viabilizadores para um contínuo trabalho na eficiência operacional dos bancos, seja nas agências ou outros canais, como o Internet *Banking*, por exemplo, que vem ganhando espaço entre os meios de transação, sendo atualmente o meio com maior número de transações.

Em suma, a atuação do setor bancário apresenta grande relevância para a economia em virtude das intermediações bancárias e o setor bancário busca minimizar os riscos por meio de

implementação da estrutura organizacional adequada aos objetivos, seleção de pessoal qualificado com o fornecimento de treinamentos para sua capacitação e concedendo recursos materiais necessários como sistemas de informação.

REFERÊNCIAS

ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. Disponível em: <<http://www.abecip.org.br/>> Acesso em: 23 out. 2012.

ALVES, C. A. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. Contribuição para o estudo da gestão de riscos: evidenciação do risco operacional em quatro instituições financeiras brasileiras. In: Congresso de Controladoria e Contabilidade, 4, 2004. **Anais...** São Paulo: USP, 2004.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>> Acesso em: 23 out. 2012.

BASTOS, N. T.; DUARTE JUNIOR, A. M.; PRADO R. G. A. Gerenciamento de riscos de crédito em bancos de varejo no Brasil. **Revista Tecnologia de Crédito**. São Paulo, v.7, n.4, 2000.

BERGAMINI JÚNIOR, S. Controles internos como um instrumento de governança corporativa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro: BNDES, v. 12, n. 24, p. 149-187, 2005.

CAPELLETTO, L. R.; CORRAR, L. J. Índices de risco sistêmico para o setor bancário. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30, 2006. **Anais...**: Salvador, BA: ANPAD, 2006.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. Disponível em: www.febraban.org.br. Acesso em: 22 out. 2012.

GEREMIA, L. P. **Métodos de controle para evitar inadimplência e reter clientes nas operações de crédito de uma instituição financeira**. 2007. 31 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2007

GRAZZIOTIN, A. **Controles internos e gestão de riscos em instituições financeiras**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 73 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

GOMES, Helton Simões. Bancos perdem 1,5 bilhão com fraudes. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 out. 2012. Escrito por colaborador do Jornal.

KASNAR, I. Análise de risco bancário: riscos da carteira de um banco. **Eletrorevista - Revista Científica e Tecnológica**. jan. 2009. Rio de Janeiro: IBCI, 2009. Disponível em: <http://www.ibci.com.br/2009_Analise_de_risco_bancario_Eletrorevista_IBCI.pdf>. Aceso em 23 out. 2012.

MARMITT, L. A. **Crédito e risco bancário**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 123 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PAULA, L. F. R. Riscos na atividade bancária em contexto de estabilidade de preços e de alta inflação. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 93-112, 2000.

PEREIRA, S. C. S. **Cédula de crédito bancário**: instrumento de acesso ao crédito. São Paulo: FADISP, 2008. 208 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade Especializada em Direito, 2008.

ROBERTS, R. **Por dentro das finanças internacionais**: Guia prático dos mercados e instituições financeiras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SALGADO, M. H.; CARETA, C. B. Análise da gestão de riscos operacionais – caso de uma instituição bancária. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 6, 2010. **Anais...** Niterói, RJ: CNEG, 2010.

SECURATO, J. R.; PEROBELLI, F. F. C. Comparação entre métodos para determinação do valor presente de uma carteira de crédito e seu risco. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 7, n. 4, p. 1- 12, 2000.

TRAPP, A. C. G.; CORRAR, L. J. Avaliação e gerenciamento do risco operacional no Brasil: análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP, n. 37, p. 24-36, 2005.